

1.000

QUESTÕES PARA A

SEE-MG

CONHECIMENTOS BÁSICOS

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA	9
→ LÍNGUA PORTUGUESA (PORTUGUÊS) - ORTOGRAFIA - CASOS GERAIS E EMPREGO DAS LETRAS	9
→ ACENTUAÇÃO.....	12
→ FONÉTICA (FONEMAS, DÍGRAFOS, ENCONTROS CONSONANTAIS, VOCÁLICOS). SEPARAÇÃO SILÁBICA	21
→ FORMAÇÃO E ESTRUTURA DAS PALAVRAS.....	25
→ ARTIGO	29
→ SUBSTANTIVO	30
→ ADJETIVO	32
→ CONJUGAÇÃO. RECONHECIMENTO E EMPREGO DOS MODOS E TEMPOS VERBAIS.....	34
→ PRONOMES DEMONSTRATIVOS.....	47
→ PRONOMES RELATIVOS.....	48
→ QUESTÕES MESCLADAS SOBRE PRONOMES	49
→ ADVÉRBO	51
→ PREPOSIÇÃO	58
→ CONJUNÇÃO	59
→ DENOTAÇÃO E CONOTAÇÃO	74
→ FRASE, ORAÇÃO E PERÍODO	79
→ SUJEITO	81
→ ORAÇÕES COORDENADAS	83
→ ORAÇÕES SUBORDINADAS SUBSTANTIVAS	85
→ ORAÇÕES SUBORDINADAS ADJETIVAS	86
→ ORAÇÕES SUBORDINADAS ADVERBIAIS	88
→ PONTUAÇÃO (PONTO, VÍRGULA, TRAVESSÃO, ASPAS, PARÊNTESES, ETC).....	89
→ TIPOS DE DISCURSO (DIRETO, INDIRETO E INDIRETO LIVRE)	105
→ FIGURAS DE LINGUAGEM	105
→ FUNÇÕES DA LINGUAGEM (EMOTIVA, APELATIVA, POÉTICA, DENOTATIVA, ETC).....	115
→ INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS (COMPREENSÃO)	119
→ TIPOLOGIA E GÊNERO TEXTUAL.....	210
→ LITERATURA BRASILEIRA E ESTRANGEIRA - LINGUAGEM, LÍNGUA E FALA. ESTÉTICA LITERÁRIA.	224
→ GÊNEROS LITERÁRIOS	225
→ ARCADISMO (TOMÁS A. GONZAGA, CLÁUDIO M. DA COSTA, BASÍLIO DA GAMA, ETC).....	226

→ ROMANTISMO (G. DIAS, ÁLVARES DE AZEVEDO, CASTRO ALVES, J. DE ALENCAR, ETC)	226
→ MODERNISMO - 1ª GERAÇÃO (MÁRIO DE A., OSWALD DE A., M. BANDEIRA, ETC)	226
→ MODERNISMO - 3ª GERAÇÃO (G. ROSA, C. LISPECTOR, JCM NETO ETC).....	227
→ GABARITO 	227

MATEMÁTICA APLICADA.....233

→ PROBLEMAS INTRODUTÓRIOS DE PROBABILIDADE: EVENTOS EQUIPROVÁVEIS E ABORDAGEM FREQUENTISTA.....	233
→ PROBABILIDADE CONDICIONAL	233
→ PROBABILIDADE DA INTERSECÇÃO	234
→ EVENTOS INDEPENDENTES E EVENTOS MUTUAMENTE EXCLUDENTES	234
→ PROBABILIDADE DO EVENTO COMPLEMENTAR	234
→ TEOREMA DA PROBABILIDADE TOTAL.....	234
→ CÁLCULO DE PROBABILIDADES USANDO ANÁLISE COMBINATÓRIA	234
→ NÚMERO DE ELEMENTOS DA UNIÃO, DA INTERSECÇÃO, DO COMPLEMENTO E DA DIFERENÇA	235
→ NÚMEROS NATURAIS: INTRODUÇÃO, REPRESENTAÇÃO, PROPRIEDADES	238
→ ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO E DIVISÃO DE NÚMEROS NATURAIS.....	238
→ DIVISIBILIDADE, NÚMEROS PRIMOS, FATORES PRIMOS, DIVISOR E MÚLTIPLO COMUM (MMC).....	239
→ PORCENTAGEM.....	240
→ PROPORÇÕES. GRANDEZAS PROPORCIONAIS. DIVISÃO EM PARTES PROPORCIONAIS	243
→ UNIDADES DE MEDIDA (DISTÂNCIA, MASSA, VOLUME, TEMPO, ETC)	243
→ QUADRILÁTEROS (PROPRIEDADES, ÁREA, PERÍMETRO, SOMA DOS ÂNGULOS, ETC).....	244
→ JUROS SIMPLES	244
→ DESCONTO COMERCIAL SIMPLES	245
→ JUROS COMPOSTOS.....	245
→ OPERADORES LÓGICOS (REPRESENTAÇÃO SIMBÓLICA; DIFERENÇA ENTRE PROPOSIÇÃO SIMPLES E COMPOSTA).....	246
→ EQUIVALÊNCIAS LÓGICAS (INCLUI NEGAÇÃO DE PROPOSIÇÕES COMPOSTAS).....	246
→ MÉTODOS DECORRENTES DA TABELA VERDADE	247
→ RACIOCÍNIO LÓGICO	248
→ DIAGRAMAS LÓGICOS, PROPOSIÇÕES CATEGÓRICAS, NEGAÇÃO DE QUANTIFICADORES	248
→ RACIOCÍNIO CRÍTICO	249
→ ARGUMENTOS INDUTIVOS, ARGUMENTOS POR ABDUÇÃO.....	250
→ OUTRAS QUESTÕES DE LÓGICA DE ARGUMENTAÇÃO	250
→ ASSOCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES.....	250
→ SEQUÊNCIAS DE NÚMEROS, FIGURAS, LETRAS E PALAVRAS.....	252
→ GABARITO 	258

DIREITOS HUMANOS.....261

→ DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (ARTS. 1º A 6º DA LEI Nº 8.069/1990 - ECA)	261
→ DO DIREITO À VIDA E À SAÚDE (ARTS. 7º A 14 DA LEI Nº 8.069/1990 - ECA).....	261

→ DO DIREITO À LIBERDADE, AO RESPEITO E À DIGNIDADE (ARTS. 15 A 18-B DA LEI Nº 8.069/1990 - ECA).....	262
→ DISPOSIÇÕES GERAIS DO DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR (ARTS. 19 A 24 DA LEI Nº 8.069/1990 - ECA).....	262
→ DA FAMÍLIA SUBSTITUTA: GUARDA, TUTELA E ADOÇÃO (ARTS. 28 A 52-D DA LEI Nº 8.069/1990 - ECA).....	262
→ DO DIREITO À EDUCAÇÃO, À CULTURA, AO ESPORTE E AO LAZER (ARTS. 53 A 59 DA LEI Nº 8.069/1990 - ECA).....	264
→ DO DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO E À PROTEÇÃO NO TRABALHO (ARTS. 60 A 69 DA LEI Nº 8.069/1990 - ECA).....	266
→ DISPOSIÇÕES GERAIS DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO (ARTS. 86 A 89 DA LEI Nº 8.069/1990 - ECA).....	266
→ DAS ENTIDADES DE ATENDIMENTO (ARTS. 90 A 97 DA LEI Nº 8.069/1990 - ECA).....	266
→ DAS MEDIDAS DE PROTEÇÃO (ARTS. 98 A 102 DA LEI Nº 8.069/1990 - ECA).....	266
→ DISPOSIÇÕES GERAIS DA PRÁTICA DE ATO INFRACIONAL (ARTS. 103 A 105 DA LEI Nº 8.069/1990 - ECA).....	267
→ DAS GARANTIAS PROCESSUAIS (ARTS. 110 E 111 DA LEI Nº 8.069/1990 - ECA).....	267
→ DAS MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS (ARTS. 112 A 125 DA LEI Nº 8.069/1990 - ECA).....	267
→ DA REMISSÃO (ARTS. 126 A 128 DA LEI Nº 8.069/1990 - ECA).....	269
→ DAS MEDIDAS PERTINENTES AOS PAIS OU RESPONSÁVEIS (ARTS. 129 A 130 DA LEI Nº 8.069/1990 - ECA).....	269
→ DO CONSELHO TUTELAR (ARTS. 131 A 140 DA LEI Nº 8.069/1990 - ECA).....	269
→ DISPOSIÇÕES GERAIS DO ACESSO À JUSTIÇA (ARTS. 141 A 144 DA LEI Nº 8.069/1990 - ECA).....	270
→ DA JUSTIÇA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE (ARTS. 145 A 151 DA LEI Nº 8.069/1990 - ECA).....	270
→ DOS PROCEDIMENTOS DO ACESSO À JUSTIÇA (ARTS. 152 A 197-F DA LEI Nº 8.069/1990 - ECA).....	270
→ DO MINISTÉRIO PÚBLICO (ARTS. 200 A 205 DA LEI Nº 8.069/1990 - ECA).....	270
→ DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS (ARTS. 245 A 258-C DA LEI Nº 8.069/1990 - ECA).....	271
→ DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS (ARTS. 259 A 267 DA LEI Nº 8.069/1990 - ECA).....	271
→ DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (DUDH).....	271
→ DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (ARTS. 1º AO 7º DA LEI Nº 10.741/2003).....	272
→ DO DIREITO À SAÚDE (ARTS. 15 AO 19 DA LEI Nº 10.741/2003).....	272
→ DA PROFISSIONALIZAÇÃO E DO TRABALHO (ARTS. 26 AO 28 DA LEI Nº 10.741/2003).....	273
→ DO TRANSPORTE (ARTS. 39 AO 42 DA LEI Nº 10.741/2003).....	274
→ TÓPICOS MESCLADOS DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS (LEI Nº 10.741/2003).....	274
→ DAS MEDIDAS DE PROTEÇÃO (ARTS. 43 AO 45 DA LEI Nº 10.741/2003).....	275
→ DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO AO IDOSO (ARTS. 46 AO 68 DA LEI Nº 10.741/2003).....	275
→ DO ACESSO À JUSTIÇA (ARTS. 69 AO 92 DA LEI Nº 10.741/2003).....	275
→ TÓPICOS MESCLADOS DA LEI Nº 10.741/2003.....	276
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º AO 3º DA LEI Nº 13.146/2015).....	276
→ DA IGUALDADE E DA NÃO DISCRIMINAÇÃO (ARTS. 4º AO 9º DA LEI Nº 13.146/2015).....	277
→ DO DIREITO À EDUCAÇÃO (ARTS. 27 A 30 DA LEI Nº 13.146/2015).....	278
→ DO DIREITO À CULTURA, AO ESPORTE, AO TURISMO E AO LAZER (ARTS. 42 A 45 DA LEI Nº 13.146/2015).....	278
→ ESTATUTO DO IDOSO (CRIMES - ARTS. 92 A 108).....	278
→ EDUCAÇÃO INCLUSIVA OU ENSINO INCLUSIVO.....	278
→ GABARITO 	282

LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL285

→ DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART. 5º DA CF/1988).....	285
→ DIREITOS SOCIAIS E DOS TRABALHADORES (ARTS. 6º E 7º DA CF/1988)	288
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ARTS. 37 E 38 DA CF/1988)	288
→ DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO (ARTS. 205 A 217 DA CF/1988).....	291
→ DA REGIONALIZAÇÃO (ARTS. 41 A 51 DA CEMG).....	291
→ DO MUNICÍPIO (ARTS. 165 A 184 DA CEMG)	292
→ DA SOCIEDADE (ARTS. 185 A 255 DA CEMG)	292
→ DA EDUCAÇÃO E DOS PRINCÍPIOS E FINS DA ED. NACIONAL (ARTS. 1º AO 3º DA LEI Nº 9.394/1996)	292
→ DO DIREITO À EDUCAÇÃO E DO DEVER DE EDUCAR (ARTS. 4º AO 7º DA LEI Nº 9.394/1996)	292
→ DA ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NACIONAL (ARTS. 8º AO 20 DA LEI Nº 9.394/1996)	293
→ DA COMPOSIÇÃO DOS NÍVEIS ESCOLARES (ARTS. 21 AO 38 DA LEI Nº 9.394/1996).....	295
→ DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, SUPERIOR E ESPECIAL (ARTS. 39 AO 60 DA LEI Nº 9.394/1996)	298
→ DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO (ARTS. 61 AO 67 DA LEI Nº 9.394/1996).....	299
→ LEI Nº 13.005/2014 - PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO	299
→ GABARITO 	299

LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

→ DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART. 5º DA CF/1988)

1. (CONSULPLAN – 2022) A respeito dos direitos e garantias fundamentais, levando em consideração o entendimento do Supremo Tribunal Federal, analise as assertivas a seguir.

I. É constitucional a lei de proteção animal que, a fim de resguardar a liberdade religiosa, permite o sacrifício ritual de animais em cultos de religiões de matriz africana.

II. É inconstitucional lei ordinária que obrigue a manutenção de livro de cunho religioso em unidades escolares e bibliotecas públicas estaduais.

III. A exigência constitucional de aviso prévio relativamente ao direito de reunião é satisfeita com a veiculação de informação que permita ao poder público zelar para que seu exercício se dê de forma pacífica ou para que não frustre outra reunião no mesmo local.

IV. A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar ofende a Constituição.

Após análise dos itens, conclui-se que

- a) uma assertiva está correta.
- b) três assertivas estão corretas.
- c) duas assertivas estão corretas.
- d) nenhuma assertiva está correta.

2. (CONSULPLAN – 2022) Arlindo Silva, servidor público federal, foi demitido em processo disciplinar, por ter criticado o órgão público em que trabalha, em grupo de WhatsApp integrado por outros servidores federais. Inconformado, recorreu na justiça e foi reintegrado ao cargo. Considerando o que dispõe a Constituição Federal, um fundamento para a sentença favorável a Arlindo é a de que o dever de lealdade às instituições limita-se ao direito individual de:

- a) Direito de resposta.
- b) Liberdade de expressão.
- c) Inviolabilidade de crença.
- d) Privacidade e direito de imagem.

3. (CONSULPLAN – 2022) Wallace é estudante universitário, tendo matrícula regular no curso de Direito de prestigiada instituição de ensino de nível superior. Curioso pelas notícias em geral e, especificamente, as pertinentes a questões forenses, acompanha decisões de tribunais estrangeiros que sancionam cidadãos, incluindo jornalistas, por não divulgar as origens de determinadas informações consideradas relevantes pelas Cortes judiciais para dirimir determinados processos. Tais decisões seriam diferentes no Brasil pois, nos termos da Constituição Federal, quando necessário ao exercício profissional, como limitação ao acesso à informação, resguarda-se:

- a) O sigilo da fonte.
- b) O uso de prova ilícita.
- c) A convicção filosófica.
- d) A propriedade intelectual.

4. (CONSULPLAN – 2022) Orlando é administrador de empresas e se especializou na organização de associações, sendo presidente da pessoa jurídica DRA. Para orientar suas decisões, contratou advogados especialistas em contratos para construir as cláusulas dos estatutos associativos. Nos termos da Constituição Federal, no concernente a associações, é pertinente estabelecer que:

- a) A criação de associações independe de autorização estatal.
- b) As associações podem ser compulsoriamente dissolvidas por decisão da diretoria, chancelada pelo estatuto.
- c) O tempo de permanência do associado na entidade deve ser previsto no estatuto não podendo ultrapassar trinta anos.
- d) Todos os indivíduos de determinada categoria, quando cientificados da constituição de associação, são compelidos a se associar.

5. (CONSULPLAN – 2019) Dentre as hipóteses de materialização do princípio da igualdade no texto constitucional, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.
- b) A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito, observado o devido processo legal.
- c) Licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias, e licença paternidade.
- d) O direito de petição aos Poderes Públicos e as Empresas Públicas ou Privadas em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.

6. (CONSULPLAN – 2019) O estrangeiro “E”, brasileiro naturalizado desde 2015, foi citado em uma ação em que seu país de origem “P” solicitou ao Estado Brasileiro a sua extradição. Existe tratado de reciprocidade em matéria de extradição entre o Brasil e o país “P”. Argumenta o país “P” que o estrangeiro “E”, no ano de 2016, cometeu um crime de estupro naquele país, bem como teria uma condenação, já transitada em julgado, por tráfico ilícito de entorpecentes, datada do ano de 2013.

Considerando o tratamento constitucional conferido ao estrangeiro no país, assinale a alternativa correta.

- a) As duas hipóteses que fundamentam o pedido permitem a extradição do estrangeiro “E”.

- b) Sendo o estupro um crime grave e incluído no rol crimes hediondos, este fato, por si só, já autoriza a extradição do estrangeiro “E”.
- c) O crime de tráfico ilícito de entorpecentes, cometido antes ou após a naturalização e observados os limites da lei, autoriza a extradição do estrangeiro “E”.
- d) Em se tratando de estrangeiro naturalizado, não será autorizada a extradição em razão da condenação anterior por tráfico ilícito de entorpecentes. Contudo, o estrangeiro “E” será obrigado a cumprir a pena no Brasil, observados os critérios legais.

7. (CONSULPLAN – 2018) Em relação aos direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa correta.

- a) É absolutamente livre a manifestação do pensamento, não sendo vedado o anonimato.
- b) Não é reconhecido aos transgêneros o direito à substituição de prenome e sexo diretamente no registro civil.
- c) A garantia do voto secreto, entendida como elemento fundamental do sistema democrático, não pode ser suprimida por meio de emenda.
- d) A Constituição não excepciona o dever geral de informar a hipótese de informações imprescindíveis à segurança da sociedade e do Estado, sendo inadmitido o sigilo.

8. (CONSULPLAN – 2018) Em relação aos direitos de nacionalidade, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.
- b) Não impede a extradição a circunstância de ser o extraditando casado com brasileira ou ter filho brasileiro.
- c) O brasileiro naturalizado poderá ser extraditado em caso de crime comum praticado antes da naturalização ou, na forma da lei, de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
- d) A Constituição considera brasileiros natos todos os nascidos no Brasil, ainda que de pais estrangeiros, bem como os nascidos no estrangeiro, de pai e mãe brasileiros, desde que ambos estejam a serviço do Brasil.

9. (CONSULPLAN – 2017) “Iliel e Anel travaram intenso debate a respeito da relevância da distinção, para a República Federativa do Brasil, do conceito de nacionalidade, em especial sob o prisma da fruição de direitos e garantias individuais. Para Iliel, os direitos e garantias individuais são privativos dos brasileiros, natos ou naturalizados. Anel, por sua vez, acresceu que somente quem tem direitos políticos possui direitos e garantias individuais.” À luz do disposto na Constituição da República, é correto afirmar que

- a) somente a afirmação de Iliel está incorreta.
- b) as afirmações de Iliel e Anel estão totalmente incorretas.
- c) somente a afirmação de Anel está incorreta.
- d) as afirmações de Iliel e Anel estão totalmente corretas.

10. (CONSULPLAN – 2017) “Técio gravou a conversa que teve com Tício e informou esse fato ao seu amigo Mévio, advogado com profundos conhecimentos na área do direito constitucional, especialmente em matéria de liberdades fundamentais. Na ocasião, Técio questionou Mévio sobre a juridicidade do seu comportamento.” Assinale, dentre as alternativas a seguir, a única, apresentada por Mévio, que se mostra harmônica com a ordem constitucional e a interpretação sedimentada no âmbito do Supremo Tribunal Federal.

- a) Técio poderia ter gravado a conversa que teve com Tício para utilizá-la como prova de defesa ou em decorrência de investida criminosas.

- b) Técio jamais poderia ter gravado a conversa sem o conhecimento de Tício, sob pena de flagrante afronta à intimidade deste último.
- c) Técio somente poderia gravar a conversa que teve com Tício, qualquer que fosse o seu teor, se estivesse autorizado por este último ou munido de autorização judicial.
- d) Apesar de Tício ter conversado voluntariamente com Técio, este último só poderia gravar a conversa, restringindo a intimidade daquele, caso a lei o autorizasse expressamente.

11. (CONSULPLAN – 2017) “Em uma situação de iminente perigo público, a autoridade policial arrombou a porta da casa de um morador do Município de Nova Friburgo visando prestar socorro a uma pessoa em situação emergência no imóvel vizinho.” Nos termos da Constituição Federal, a conduta da autoridade policial

- a) tem amparo nos direitos e garantias fundamentais, sendo cabível posterior indenização em face dos danos causados.
- b) afronta o direito fundamental de propriedade, posto que o policial precisaria de autorização judicial para adentrar ao imóvel.
- c) é abusiva, posto que a autoridade policial deveria ter chamado um chaveiro de modo a não danificar o imóvel do morador.
- d) fere direito fundamental, pois a casa é asilo inviolável do indivíduo, e a autoridade não pode penetrar sem consentimento do morador.

12. (CONSULPLAN – 2017) Todas as afirmativas a seguir referem-se ao título II, Capítulo I, da Constituição Federal/1988 (Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos), EXCETO:

- a) Não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal.
- b) A lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem.
- c) Ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato.
- d) É garantido o direito de herança.

13. (CONSULPLAN – 2017) No artigo 5º da Constituição Federal/1988, estão garantidos os seguintes direitos, EXCETO:

- a) De propriedade.
- b) De herança.
- c) De livre exercício do trabalho.
- d) De livre associação para fins paramilitares.

14. (CONSULPLAN – 2017) Considerando o previsto na Constituição Federal, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante a noite, por determinação judicial.
- b) A obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal, é assegurada a todos, independentemente do pagamento de taxas.
- c) O direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica.
- d) O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.

15. (CONSULPLAN – 2017) De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil, constituem crimes imprescritíveis:

- a) O terrorismo e o racismo.
- b) Os crimes hediondos, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e o terrorismo.
- c) A tortura e a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.
- d) De racismo e a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.

16. (CONSULPLAN – 2017) “A lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem.” Nos termos da Constituição Federal, o trecho apresentado

- a) está incorreto, pois, nos termos do Art. 5º do texto constitucional, não há punição para a prática de omissão nos casos de crimes hediondos.
- b) está incorreto, pois, nos termos do Art. 5º do texto constitucional, admite-se a anistia para o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
- c) é expressão dos direitos e garantias fundamentais aplicáveis, na forma do Art. 5º do texto constitucional, apenas aos brasileiros natos e naturalizados.
- d) está incorreto, porque, nos termos do Art. 5º do texto constitucional, em relação ao terrorismo, respondem apenas os mandantes e os executores diretos do crime.
- e) é expressão dos direitos e garantias fundamentais aplicáveis, na forma do Art. 5º do texto constitucional, aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País.

17. (CONSULPLAN – 2016) “Todos podem reunir-se pacificamente, com ou sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.” Nos termos da Constituição Federal, o trecho apresentado é

- a) verdadeiro na íntegra, pois é um comando constitucional.
- b) falso, porque é vedada a reunião em locais abertos ao público.
- c) falso, pois a Constituição prevê que a reunião seja pacífica e sem armas.
- d) falso, pois a Constituição não exige o prévio aviso à autoridade competente.
- e) falso, porque a reunião é permitida mesmo que frustre outra convocada anteriormente.

18. (CONSULPLAN – 2016) Nos termos da Constituição Federal, quanto aos direitos fundamentais, assinale a afirmativa INCORRETA.

- a) A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.
- b) O Estado assegura, às presidiárias, condições para que possam permanecer com seus filhos até os seis anos de idade.
- c) Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.
- d) Constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.
- e) O brasileiro naturalizado pode ser extraditado em caso de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.

19. (CONSULPLAN – 2016) A Constituição da República brasileira reconheceu a instituição do Tribunal do Júri como competente para julgar os crimes dolosos contra a vida, com a organização que lhe der a legislação, assegurando-lhe, explicitamente, tradicionais valores, EXCETO:

- a) O princípio do contraditório.
- b) O sigilo das votações.
- c) A soberania dos veredictos.
- d) A plenitude de defesa.

20. (CONSULPLAN – 2016) São termos determinantes dos direitos e deveres individuais e coletivos garantidos na Constituição do Brasil:

- I. A manifestação do pensamento tem por premissa ser livre em quaisquer situações.
- II. A liberdade de associação para fins lícitos é plena para associações de toda natureza.
- III. O acesso à informação é assegurado a todos, podendo o profissional de imprensa, em seu exercício profissional, resguardar o sigilo da fonte.
- IV. O direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de obras pertence a seus autores, sendo transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar.

É correto o que se afirma em

- a) I, somente..
- b) III, somente.
- c) I, II, III e IV.
- d) I e II, somente
- e) III e IV, somente.

21. (CONSULPLAN – 2015) “Mercedes é cidadã da Moldávia e está em trânsito pelo Brasil, tendo ficado retida no aeroporto internacional sediado no município Y, sem data provável de liberação para o seu destino final. Dada a sua condição de estrangeira, o serviço local suscita dúvidas quanto à aplicabilidade dos direitos fundamentais à sua situação.” Nos termos da Constituição Federal, os direitos e garantias fundamentais são garantidos quanto à sua inviolabilidade expressamente aos estrangeiros

- a) visitantes do Brasil.
- b) residentes no Brasil.
- c) investidores no Brasil.
- d) em missão eventual no Brasil.

22. (CONSULPLAN – 2015) “Raj adquiriu a propriedade de um imóvel situado no município XX tendo realizado todos os trâmites para a correta transmissão do bem de acordo com as regras vigentes no sistema pátrio.” Ao efetuar pesquisa sobre o instituto da propriedade, garantido pela Constituição Federal, verifica que nos termos da Lei Maior trata-se de direito garantido de forma

- a) absoluta sem quaisquer limitações.
- b) coletiva de acordo com o sistema socialista.
- c) privada que pode sofrer restrição de acordo com a sua função social.
- d) individual podendo sofrer desapropriação sem qualquer razão expressa pelo Estado.

23. (CONSULPLAN – 2015) “Carlos é presidente de uma associação civil sem fins lucrativos cujo objeto estatutário é buscar a proteção de determinados direitos afetos à comunidade onde reside e também exerce sua atividade profissional. Ciente de determinado ato governamental que atinge comunidades